

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 500 exemplares  
Depósito Legal: 433460/17  
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



# HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES DOS HIPOGEUS EM PORTUGAL

Cátia Saque Delicado<sup>1</sup>

## RESUMO

As investigações sobre grutas artificiais ocorreram em Portugal desde muito cedo. As diversas teorias geradas em torno deste fenómeno evoluíram acompanhando o crescimento e evolução dos dados de campo até certo ponto. Actualmente em Portugal, o universo hipogeico é muito diversificado, principalmente na área Alentejana. A falta de publicações actualizadas sobre as descobertas dificulta uma leitura à escala regional e uma possível comparação à escala global. Dá-se aqui a conhecer uma nova e praticamente desconhecida realidade hipogeica portuguesa.

Palavras-chave: Grutas Artificiais, Hipogeu, Investigações, Portugal.

## ABSTRACT

The investigations of rock-cut tombs occurred in Portugal at an early age. The various theories generated around this phenomenon have evolved following the growth and evolution of field data to some extent. Currently in Portugal, the hypogetic universe is very diversified, mainly in the Alentejana area. The lack of up-to-date publications of the findings makes it difficult to read the environment on a regional scale and a possible global comparison. There is new and practically unknown Portuguese hypogeanic reality.

Keywords: Rock-cut tombs, Hypogea, Investigations, Portugal.

## 1. INTRODUÇÃO

Com origem identificada no mediterrâneo Oriental e Central, o fenómeno do hipogeísmo rapidamente eclodiu para o mediterrâneo Ocidental. Para a compreensão e conhecimento da génese e amplitude deste fenómeno à escala europeia, é necessário compreender os diversos pequenos regionalismos para que, se possam realizar leituras à escala global. Serve o presente texto para compilar a história das investigações sobre estas estruturas no nosso país revelando o universo hipogeico actual, principalmente as estruturas da área Alentejana, que constituem novas realidades praticamente desconhecidas e inéditas.

## 2. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES EM PORTUGAL

A primeira estrutura hipogeica identificada na Península Ibérica e em Portugal, em 1876, refere-se ao complexo de grutas do Casal do Pardo em Palmela.

Tendo sido identificada por António Mendes e José Agostinho da Silva, a sua primeira menção publica foi de Carlos Ribeiro (Ribeiro, 1880) ao descrever os monumentos funerários do Monge e Folha de Barradas (Sintra).

As definições tipológicas dos elementos caracterizadores de uma gruta artificial nem sempre estiveram claras, abarcando diversas teorias ao longo dos tempos. A *Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos* de Carlos Ribeiro, descreve uma estrutura de câmara circular associada a um vestíbulo de grandes dimensões (*tholos* do Monge). O mesmo afirma que a tipologia da estrutura lhe fazia lembrar os hipogeus de Palmela, no entanto, porque na época ainda se conheciam poucos hipogeus e pela estrutura do Monge ser distinta, nunca afirmou que se tratasse efectivamente de uma estrutura hipogeica, algo em que, Carlos Ribeiro é claro em relação à Folha de Barradas.

Embora os estudos sobre esta matéria sejam relativamente recentes (com menos de um século), vários foram os autores que se debruçaram sobre o assunto.

1. delicadocs@gmail.com.

O primeiro inventário geral sobre as grutas artificiais da Península Ibérica foi efectuado por Berdichewsky (1964). O autor procurou sistematizar arquitecturas e cronologias de acordo com um padrão evolutivo. Esta obra serviu de base ao trabalho de Rivero Galan (1988), também sobre as grutas artificiais peninsulares. Embora sendo obras com o mesmo fundo a diferença entre ambas é notória, não devendo nenhuma ser descartada.

O início das identificações deste tipo de estruturas deu origem a diversas teorias, como a dos irmãos Siret, que associava estas estruturas a áreas habitacionais (silos) (Berdichewsky, 1964, p. 14). Berdichewsky menciona os achados de Acebuchal e Campo Real (Espanha), comparando-os aos de Aljezur, Torre de Frades e Arrife, como sendo realidades semelhantes e que se associam a silos, mas que estes, na realidade, se poderiam tratar de sepulcros e ossários (Berdichewsky, 1964, p. 14-15). A confirmação desta teoria, veio pouco depois a ser certificada através da descoberta das grutas artificiais de La Marne, que se faziam acompanhar de silos com enterramentos. Situação que, aliás, se conhece em Portugal, como seria o caso das Lapas (Torres Novas), Outeiro Alto 2 (Serpa) (Valera e Filipe, 2012) e Redinha (Pombal) (Rocha, 1908).

Os primórdios das investigações das grutas artificiais centraram-se em Portugal, principalmente porque grande parte destas estruturas aparecia sucessivamente junto do estuário do Tejo. Constituindo novidades arqueológicas à época, as grutas de Palmela, Alapraia e Carenque deixaram em êxtase os investigadores que julgavam ser um tipo de construção característica da Estremadura Portuguesa, dado as escassas presenças na região espanhola. A partir dos anos 30, período entre guerras, despoletou a identificação de estruturas da mesma tipologia arquitectónica em Espanha, demonstrando que, este se tratava de um fenómeno mais vasto do que inicialmente se pensava. O aparecimento da necrópole de Alcaide e Loma de los Peregrinos (Múrcia) desviou a atenção de Portugal, trazendo novas questões e hipóteses.

Em 1958 surge pela primeira vez a ideia de que as grutas artificiais pudessem não originárias da Estremadura Portuguesa, mas do mediterrâneo oriental, sendo este o seu foco principal com dispersão marítima para a zona da Andaluzia, Algarve e zona do Tejo. Esta hipótese de Almagro foi bem aceite, chegando rapidamente outros investigadores à mes-

ma conclusão (Berdichewsky, 1964, p. 15-16). Nils Aberg (1921, p. 23-24) caracterizou as grutas artificiais como sendo uma variante do fenómeno megalítico, aproximando-se da linha de pensamento evolutivo em que hoje se acredita. Contudo autores como Nieto e Pellicer negavam qualquer vinculação das mesmas com o megalitismo (Galan, 1988, p. 17). Durante muito tempo se aplicou a ideia de que os *tholoi* eram anteriores às grutas artificiais e que monumentos como o *tholos* do Monge e gruta semiartificial de Los Millares, se tratavam de arquitecturas mistas que retratavam a transição das estruturas de base pétreas e consequente adopção de estruturas escavadas na rocha, indicando que estas, ao contrario dos *tholoi*, não representavam divisões sociais estando ao alcance de todos (Galan, 1988, p. 18). Berdichewsky propõe que durante a sua expansão marítima, na zona do Guadalquivir, a corrente de grutas artificiais se haveria cruzado com a dos enterramentos em silos, dando origem a monumentos com corredor de entrada tipo silo (como os verificados em Alventus e Rota, em Espanha, Outeiro Alto 2 ou Sobreira de Cima, em Portugal) (Berdichewsky, 1964, p. 77; Galan, 1988, p. 20; Valera & Filipe, 2012; Valera, 2013), e posteriormente a estruturas ditas mistas como o Monge e Los Millares.

Durante o período compreendido entre 1960 e 1990, a investigação sobre as grutas artificiais diverge em diversas linhas de pensamento. Autores que, anteriormente negavam uma relação entre hipogeus e o megalitismo (entendido à época pela manifestação de monumentos ortostáticos, enterramentos em grutas naturais e *tholoi*), como Pellicer, passam a aceitar a hipótese de contemporaneidade entre os dois (Berdichewsky, 1964, p. 17).

A diversidade cronológica dos sepulcros encontrados em Portugal, que recuavam até ao Neolítico final local, a associação de uma gruta artificial a um *tholos* (Praia das Maças) e a presença de uma gruta do Neolítico e outra do Calcolítico em São Pedro do Estoril, levaram os investigadores a aceitar progressivamente uma origem construtiva patente nos finais do 4º milénio a.n.e. (Galan, 1988, p. 24-26).

Se em alguns pontos temáticos, as discussões terminaram, por outro lado, com o avançar do conhecimento, estas acabaram por ser substituídas por novas problemáticas, nomeadamente como na temática da associação de silos a grutas artificiais.

Também em temas como a origem intencional ou não e funcionalidade das clarabóias presentes nas grutas

tipo «coelheira», as discussões se mantiveram acesas durante algum tempo. Se alguns entendiam estas aberturas como erros arquitectónicos decorrentes da elaboração do sepulcro, outros interpretavam-nas como um regionalismo característico da Estremadura Portuguesa, que como mais adiante se verá, não corresponde à realidade. A discussão manteve-se, afirmando alguns, que as estruturas detentoras de clarabóia eram mais antigas que as sem qualquer abertura e que imitavam os *tholoi*, ignorando a cronologia do material arqueológico ali encontrado, como se a arquitectura e o espólio pudessem na totalidade ser dissociáveis (Galan, 1988, p. 20-23).

Na história das investigações destas estruturas, distingue-se um primeiro momento onde foram identificadas diversas estruturas como o complexo de grutas da Quinta do Anjo (Palmela, 1876), o complexo de grutas da Quinta do Anjo (Pamela, 1876), seguindo-se Torre de Frades (Algarve, 1876), Folha das Barradas (Sintra, 1878), Aljezur e Torre (Algarve, 1880), Alapraia (Cascais, 1889), monumento da Praia das Maças (Sintra, 1927), Baútas (Amadora, 1934), Carenque (Amadora, 1932), Lapas (Torres Novas, 1935), Ermegeira e Quinta das Lapas (Torres Vedras, 1939), Ribeira Branca e Ribeira de Crastos (Torres Novas e Caldas da Rainha, 1940), Casal da Lapa (Torres Vedras, 1941), S. Pedro do Estoril (Cascais, 1944), Capuchos II (Setúbal, 1951), Cabeço da Arruda 1 (Torres Vedras, 1951), Samarra (Sintra, 1958), Monte do Castelo (Oeiras, 1969), Bolores (Torres Vedras, 1986) S. Paulo 2 (Almada, 1988) (Heleno, 1935a, 1935b; Heleno, 1939; Leisner & Leisner, 1951, p. 145, Berdichewsky, 1964, p. 23-25, 64; Gonçalves *et alii*, 2004; Jordão & Mendes, 2006/2007; Barros & Espírito Santo, 1997, p. 217).

Georg e Vera Leisner (1956) na sua vasta monografia sobre o megalitismo peninsular compilaram grutas artificiais e *tholoi*. É verificável que, alguns monumentos que sabemos hoje serem *tholoi*, já na altura assim o foram classificados por eles. No entanto, décadas depois, Rivero Galan (1988), optou por considerar o *tholos* de Arrife (Algarve) como uma gruta artificial. No mapa elaborado pelo casal Leisner é possível observar que as grutas artificiais, independentemente da sua tipologia, que sabemos ser bastante variada, foram todas representadas pela mesma simbologia, algo que, viria a ser realizado por Rivero Galan (1988) e posteriormente por Pedro Jordão e Patrícia Mendes (2006/2007).

As investigações sobre grutas artificiais feitas por

investigadores portugueses foram ocorrendo ao longo de todo o período em causa. No entanto, não existia nenhuma compilação feita pelos próprios do tipo de estruturas existentes e respectivas tipologias para que se pudessem comparar realidades. Um trabalho desta natureza foi pela primeira vez publicado em 2006/2007 por Pedro Mendes e Patrícia Jordão. Os autores realizaram prospecções, relocalizações, registo gráfico, fotográfico e bibliográfico sobre todos os sítios que ainda não se encontravam destruídos, comparando exclusivamente as estruturas da área Estremenha. Na altura, dado o ainda desconhecimento sobre as realidades Alentejanas e a falta de organização do conhecimento existente sobre as estruturas estremenhas, fizeram com que este artigo despertasse uma nova visão sobre os factos (praticamente desconhecidos) nos investigadores Portugueses (Figura 1).

O primeiro e único congresso internacional realizado sobre a temática do hipogeísmo (*L'Ipogeismo nel Mediterraneo: origini, sviluppo, quadri culturali*) realizou-se em 1994 na Sardenha, contando com a maioritária presença de investigadores Italianos e Espanhóis. Na monografia em causa não existiu nenhum artigo sobre hipogeus portugueses, situação que, aliás, era demonstrativa do panorama de conhecimento sobre grutas artificiais.

Distinguem-se então dois momentos na investigação portuguesa sobre esta temática. Os monumentos escavados no despertar da arqueologia portuguesa, de onde resultou escassa ou nula informação sobre algumas grutas, como é o caso da de Aljezur, Torre dos Frades (Algarve) (onde existem dados apenas mencionados por Berdichewsky), Samarra (Sintra) ou até mesmo as Lapas (Torres Novas). A grande sede de conhecimento e cobiça pela posse de antiguidades destruiu muito do conhecimento que actualmente poderíamos vir a possuir sobre estes locais, acabando muitos materiais por ficar esquecidos em museus ou mesmo na posse de particulares, principalmente na primeira metade do século XX. Alguns deles como é o caso do possível hipogeu de Pêra, no Algarve, cuja quase totalidade do espólio se desconhece, sendo apenas conhecidos ídolos betilos, foram completamente destruídos sem que nenhuma memória (ou muito pouca) deles restasse. Deste modo, a primeira fase de descoberta deste tipo de estruturas destaca-se por perdas significativas de informação e na maior parte dos casos desconhecimento sobre o paradeiro dos materiais.

A mudança de mentalidades é algo que ocorre progressivamente e com o tempo. No caso das Baútas, lamentavelmente, a informação é praticamente inexistente (tirando os cadernos de campo de Manuel Heleno que pouco revelam). No entanto destacam-se os exemplos de Carenque, Quinta do Anjo, Alapraia, São Pedro do Estoril e Praia das Maças, que, apesar de escavados nos inícios da arqueologia portuguesa, foram estudados num momento imediato, revelando mais rigor na metodologia aplicada.

O segundo momento da investigação portuguesa refere-se à escavação de grutas artificiais a partir dos anos 90 do século XX. Este novo tipo de conhecimento foi despoletado maioritariamente no contexto de arqueologia de salvamento, decorrente de grandes obras de empreendedorismo realizadas principalmente na área Alentejana. A construção da infra-estrutura da Barragem do Alqueva, veio proporcionar ao meio arqueológico uma segunda perspectiva da ocupação humana na área Alentejana, principalmente no que concerne a estruturas funerárias de extrema importância.

Até ao ano de 2006 eram desconhecidas na área Alentejana estruturas tipo hipogeu do Neolítico e Calcolítico (Valera *et alii*, 2014, p. 70). A construção da Barragem modificou em larga escala a percepção da realidade arqueológica, principalmente no Distrito de Beja. A execução de empreendimentos de grande envergadura, apesar de permitirem a realização de uma arqueologia de salvamento, continuam a ser os maiores impulsionadores e geradores de conhecimento sobre as realidades, permitindo aprofundar problemáticas contextuais de forma mais abrangente, apesar dos condicionalismos ambientais e humanísticos a que estão sujeitos (Valera *et alii*, 2014, p. 56). A área a sul da Serra de Portel era considerada um deserto arqueológico, principalmente no território de Brinches. O Alqueva permitiu aprofundar o conhecimento sobre as práticas e tradições funerárias, maioritariamente fossa/hipogeu e a associação simbólica de espaços de socialização com espaços de necrópole no Alentejo (Valera *et alii*, 2014, p. 57).

O primeiro hipogeu a ser descoberto, o complexo hipogeico da Sobreira de Cima, demonstrou não só uma realidade exógena na região, mas também um tipo de arquitectura inexistente em Portugal (Valera, 2013). O complexo hipogeico da Sobreira de Cima marca a zona de limite de contacto entre realidades dolménicas (a norte) e fossa/hipogeu (a sul) (Valera *et alii*, 2014). A identificação de outras estru-

turas hipogeicas no Alentejo, até hoje, veio permitir a identificação de características diferenciadoras das áreas da Estremadura, Algarve e Alentejo.

O conhecimento não é um dado adquirido imutável. As realidades alteram-se consoante o meio em que actuam. É notável a variação entre arquitecturas e material arqueológico, podendo agrupar-se a área da Península de Lisboa e Setúbal com a região Algarvia, principalmente a nível da similitude artefactual. As grandes variações surgem de facto na área Alentejana, onde a existência de cerâmica é praticamente nula ou muito escassa, oferecendo espólio considerado arcaizante (onde se conta com a presença de geométricos e pulseiras esculpidas em concha *glycimeris*). As placas de xisto que se pensavam ser exclusivas de hipogeus da área da Estremadura e Algarve, conhecem-se apenas num único hipogeu Alentejano. De facto, tendo em conta que é da área Alentejana que provém o foco de maior incidência de placas de xisto, será necessário compreender qual o mecanismo impeditivo da presença das mesmas em sepulcros hipogeicos ou pelo menos a escassa presença.

Certo é que um maior esforço despendido na construção de uma estrutura geralmente se traduz num menor empreendimento a nível artefactual (Sousa, 2004, p. 100). Contudo, existem excepções, como é o caso das necrópoles de Alapraia, Carenque e Quinta do Anjo, em que, se verifica que tal não acontece. Questiona-se a hipótese de haver um foco com influência residual periférica. As grutas tipo “coelheira” aparentavam fazer parte apenas da área da Estremadura. No entanto, novos dados revelaram que as mesmas podem ser encontradas no Alto Alentejo (em Vale de Barrancas 1 (Fernandes, 2013)). As grutas com entrada em poço, recentemente identificadas na Sobreira de Cima, igualmente presentes em Outeiro Alto 2 (Valera & Filipe, 2012; Valera & Coelho, 2013), manifestaram-se igualmente nos sepulcros Algarvios (esquecidos durante algum tempo). Talvez esta teoria só possa ser aplicada a nível arquitectónico, já que, as diferenças artefactuais entre regiões próximas são grandes.

### 3. OS HIPOGEUS NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS

O aumento do número de trabalhos arqueológicos propiciados pelas obras de grande envergadura, principalmente no Alentejo, gerou o aumento do

número de arquitecturas hipogeicas dos finais do 4<sup>o</sup> e inícios do 3<sup>o</sup> milénio a.n.e., praticamente inéditos. Não serão aqui amplamente discutidas tipologias arquitectónicas, apenas se tenciona lançar uma nova visão sobre o praticamente desconhecido panorama hipogeico em território nacional. As publicações sobre os recentes achados são muito poucas, não fazendo justiça ao que conhecimento adquirido através das escavações efectuadas em âmbito de grandes obras.

As tabelas abaixo (Tabelas 3,4 e 5), demonstram o crescente número de hipogeus. A tabela 5, sobre hipogeus identificados no Alentejo, demonstra bem o impacto das grandes obras sobre a quantidade de informação gerada e o desconhecimento sobre as mesmas. O símbolo +, foi atribuído a sítios arqueológicos que se encontram inéditos. Grande parte da informação utilizada para a descrição dos locais, presente na tese de mestrado mencionada (vd. Delicado, 2016), foi retirada dos relatórios de escavação. Sendo este o panorama actual português, crê-se que nas imediações do Monte do Carrascal 2 existam ainda várias dezenas de grutas artificiais (segundo prospecção geofísica). Talvez num futuro próximo a escavação destas realidades possa vir a fornecer mais informações sobre o fenómeno hipogeico. A análise arquitectónica, artefactual e antropológica foi efectuada em maior profundidade, caso a caso, num outro local, referindo aqui sumariamente o panorama Português.

Importa reforçar que existem algumas estruturas cuja arquitectura oferece algumas dúvidas, como Bolores (Torres Vedras), cujos seus escavadores a interpretam como gruta artificial, no entanto, a sua tipologia refere-se mais a um abrigo. No Alentejo existem alguns sítios que também levantam questões (nomeadamente Cadavais e Monte da Magoita 1), mas que pela sua tipologia são mais facilmente aceites como hipogeus, apesar da sua cronologia ainda não estar clara. Os hipogeus Algarvios apresentam de certa forma alguma semelhança com os Estremenhos a nível da variedade arquitectónica.

No Alentejo, apesar de possuírem características muito específicas e regionais, como o corredor em poço da Sobreira de Cima e Outeiro Alto 2, estes não apresentam grande variedade estrutural a nível da câmara. Neste sentido, e apesar de serem mais frequentes os hipogeus com corredor em poço na área Alentejana, poderá ser possível inquirir a questão das influências geográficas, pela proximidade de

áreas, já que estes existem também no Algarve, mas não na Estremadura. Verifica-se ainda na área envolvente ao Guadiana (margens esquerda e direita), uma certa coerência arquitectónica e material dentro de cada núcleo, e entre os dois núcleos.

Embora em Portugal ainda não se conheçam estruturas semelhantes aos hipogeus de Itália ou Malta, cuja complexificação pode chegar aos três pisos e dezenas de câmaras ligadas por corredores e passagens (Soares, 2003, p. 73), é possível afirmar que existe alguma diversidade. Existem linhas comuns tanto na Estremadura como no Alentejo ou Algarve. Cada monumento não tem mais do que duas câmaras. Quanto ao corredor, a sua presença (ou não) parece variar consoante a zona onde o monumento é cavado. No entanto, existem provas de que mesmo na falta (ou não) de rocha base para criar um corredor, estes poderiam existir (como no caso específico do hipogeu 5 da Sobreira de Cima). A ideia de que os hipogeus passariam despercebidos na paisagem pode no entanto não corresponder a uma realidade, ou pelo menos não à realidade de quem os construiu para os seus entes (Figura 2).

Os hipogeus Portugueses são relativamente simples. No entanto, não deixa de ser interessante observar a queda de algumas teorias criadas em torno de regionalismos, alimentadas pelo desconhecimento global do terreno. As grutas tipo coelheira de Alapraia, Carenque e Quinta do Anjo, que se julgavam apenas existir na área estremenha, existem no Alentejo (embora em reduzido número). No caso dos hipogeus com entradas em poço, estes, restringem-se exclusivamente ao Alentejo e Algarve. Aparentemente também a nível do espólio arqueológico existem regionalismos e diferenças cronológicas.

Embora existam mais dados concretos sobre as diversas tipologias sepulcrais, as repostas parecem continuar difíceis de obter. Durante o 4<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> milénio a.n.e. são usadas antas, grutas naturais, grutas artificiais e *tholoi* para depositar os mortos. As antas apresentam uma curta utilização no tempo, ao contrário das grutas naturais, que, são os locais onde em todos os períodos cronológicos se conhecem deposições (Gonçalves, 2009).

Se nos monumentos ortostáticos (numa primeira fase) estes são de reduzidas dimensões e contêm poucos inumados, nos hipogeus Alentejanos acontece o mesmo. No entanto, são sítios arqueológicos que ainda não possuem datações e algum do material arqueológico recolhido parece apontar para cro-

nologias calcólicas.

Poderia o caso dos hipogeus ter funcionado de forma inversa ao das antas? Poderiam os hipogeus do Neolítico-final ter dado continuidade às antas (dentro de uma perspectiva quantitativa das inumações)? Se os hipogeus construídos numa fase inicial da sua adopção, enquanto monumento funerário, detêm maior número de inumados, a fraca quantidade de inumados (aparentemente calcolíticos) do Alentejo corresponde ao abandono destas estruturas? Será a cronologia de construção destes sepulcros ainda mais curta do que se julga? Quando foram efectivamente deixados de construir? Por serem estruturas bastante populacionadas a percepção desta ideia não é tarefa fácil. Teriam de se datar todos os indivíduos presentes em cada hipogeu para analisar o decréscimo de utilização do sepulcro. Ainda assim, talvez esta não seja a solução, pois os intervalos de tempo fornecidos pelas datações são demasiado amplos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das investigações sobre os hipogeus, embora relativamente recente, sempre levantou várias questões. O primeiro monumento deste género foi identificado em Portugal trazendo para si inúmeras teorias em torno deste fenómeno. Se à época o hipogeísmo representava uma nova modalidade de enterrar os mortos, desconhecida, é possível afirmar que hoje, embora com mais algum conhecimento sobre estas estruturas, este ainda não é suficiente. A informação não se encontra devidamente explorada por falta de esquematização, método e comparação a vários níveis regionais. Estas falhas acabam por revelar um conhecimento muito insatisfatório sobre a temática. A arqueologia exercida em contexto de obras de grande envergadura é sem dúvida uma mais-valia, no entanto também uma grande desvantagem. A verdade é que a maior parte dos sítios acaba por ficar inédito e sem publicações, impossibilitando novas leituras tanto à escala nacional como europeia.

A análise global efectuada permitiu perceber a dimensão do hipogeísmo no nosso país e da existência de uma relação de proximidade/distância entre áreas. Embora ainda mal conhecida, a área Alentejana representa um elo entre a Estremadura e Algarve, que apresenta as suas próprias particularidades. As tabelas são bem demonstrativas do aumento de

informação perante o número escasso de publicações. Sobre o futuro das estruturas hipogeicas portuguesas espera-se que muitos dos responsáveis publiquem efectivamente sobre os sítios escavados de forma a preservar e divulgar informação. No entanto, para além dos estudos dentro de cada país serem um pouco dispersos sobre a temática, haveria necessidade de conhecer melhor as estruturas e os pacotes artefactuais encontrados nos restantes países europeus onde também existem hipogeus.

#### AGRADECIMENTOS

Um especial agradecimento à Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Catarina Sousa por todo o apoio e amizade durante todo este percurso, e à empresa EDIA, pela actualização na listagem dos sítios arqueológicos com hipogeus.

#### BIBLIOGRAFIA

ÅBERG, Nils (1921) – *La civilization eneolithique dans la Peninsule Iberique*. Uppsala.

BARRADAS, Elisabete; SILVÉRIO, Silvina; SILVA, Maria João Dias; SANTOS, Cláudia (2013) – O hipogeu da Barrada: um monumento funerário do neolítico final/ calcolítico inicial em Aljezur. *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 407-415.

BARROS, Luís; ESPÍRITO SANTO, Paulo (1997) – Gruta artificial de S. Paulo. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 11-12, pp. 217-220

BERDICHEWSKY, Bernardo (1964) – *Los enterramientos en cuevas artificiales del Bronce Hispánico*. Madrid: Biblioteca Praehistorica Hispana. VI.

CARDOSO, Guilherme (1991) – *Carta Arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

CARDOSO, João Luís (2002) – Sobre os ídolos de calcário de Pêra (Silves) e o seu significado, no quadro do Calcólítico do sul Peninsular. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. IV:20, pp. 61-76.

CARDOSO, João Luís; NORTON, J.; CARREIRA, Júlio Roque (1996) – Ocupação calcólítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 10: 6, pp. 287-299.

DELICADO, Cátia Saque (2016) – *A gruta artificial das Lapas (Torres Novas). Contributo para o conhecimento das práticas funerárias dos 4º e 3º milénios a.n.e. na Estremadura Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

- FERREIRA, Octávio Veiga; TRINDADE, Leonel (1956) – La necrópole de Cabeça da Arruda (Torres Vedras). In *Congresso Internacional de Ciências Prehistóricas e Protohistóricas*, pp. 503-520.
- FERNANDES, Pedro Queirós (2013) – *Os hipogeus de Vale de Barrancas 1 (Beringel, Beja)*. *Práticas funerárias e análise dos restos ósseos humanos exumados*. Coimbra. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira (2012) – Carta Arqueológica do Concelho de Palmela. *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*. Palmela, pp. 11-24.
- FRANÇA, Camarate; FERREIRA, Octávio da Veiga (1958) – Estação pré-histórica da Samarra (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos. T.39, fasc.3-4, pp. 61-86.
- GALLÁN, Encarnacion Rivero (1988) – *Análisis de las cuevas artificiales de Andalucía y Portugal*. Sevilla: Colegio Universitario de la Ràbida.
- GONÇALVES, Victor Santos (2003) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos: Estudos sobre o 3º milénio no Centro e Sul de Portugal*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, Victor Santos (2009) – Construir para os mortos. Grutas artificiais e antas na Península de Lisboa. Algumas leituras prévias. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17, pp. 237-260
- GONÇALVES, Victor Santos; ANDRADE, Marco; PEREIRA, André (2004) – As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque) e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. IV: 22, pp. 113-162.
- HELENO, Manuel (1935a) – *Relatório da primeira visita à necrópole das Lapas (Torres Novas) [Manuscrito]*. Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, Manuel (1935b) – *Necrópole das Lapas (Torres Novas) [Manuscrito]*. Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, Manuel (1939) – *Gruta artificial de Ermegeira e outras antiguidades da região de Torres Vedras (lapas)*. *Grutas da Quinta das Lapas*. [Manuscrito]. Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa. Arquivo Manuel Heleno.
- JORDÃO, Patrícia; MENDES, Pedro (2006-2007) – As grutas artificiais da Estremadura Portuguesa: uma leitura crítica das arquitecturas. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 12:58-59, pp. 43-78.
- LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz: materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, Georg; LEISNER, Vera (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter (Madrider Forschungen Band 1/3. Berlin).
- LEISNER, Vera; ZBYSZEWSKI, Georg; FERREIRA, Octávio da Veiga (1969) – *Les Monumentos préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. Memória. 16, Nova Série.
- MELO, Linda; SILVA, Ana Maria (2016) – Os hipogeus 1 e 2 do sítio do Monte do Malheiro 2 8Selmes, Vidigueira, Beja, Portugal) do Neolítico final/Calcolítico: práticas funerárias e estudo antropológico dos restos ósseos humanos exumados. *Estudos do Quaternário*. APEQ. 15, pp. 91-98.
- PARREIRA, Rui (2010) – As placas de xisto gravadas do Hipogeu I de Monte Canelas (Alcázar). GONÇALVES, Victor & SOUSA, Ana Catarina (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 399-240.
- RIBEIRO, Carlos (1880) – *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos*. Lisboa: Typographia da Academia.
- ROCHA, António dos Santos (1908) – Silo Pré-histórico da Redinha. *Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha*. T.I: 7, pp. 196-198.
- SOARES, Joaquina (2003) – *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / Assembleia Distrital de Setúbal.
- SOUSA, Ana Catarina (2004) – A necrópole do Neolítico final de Pragais, Porto de Mós: velhos dados, novas leituras. *Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Catálogo. Instituto Português de Museus, pp. 90-111.
- VALERA, António Carlos (2013) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus Beja do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1).
- VALERA, António Carlos; COELHO, Manuela (2013) – A necrópole de hipogeus da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja): enquadramento, arquitecturas e contextos. *Sobreira de Cima: Necrópole de Hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. *Era Monográfica*. Lisboa: NIA. 1, pp. 11-40
- VALERA, António Carlos; FILIPE, Victor (2012) – A Necrópole de Hipogeus do Neolítico Final do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 8, pp. 29-41.
- VALERA, António Carlos; GODINHO, Ricardo; CALVO, Ever; BERRAQUERO, Javier Moro; FILIPE, Victor; SANTOS, Helena (2014) – Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus. *4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Memórias d' Oriana. Évora: EDIA, pp. 55-74.
- VEIGA, Sebastião Filipe Estácio da, (2005) – *Antiguidades monumentais do Algarve. Paleoetnologia. Tempos pré-históricos*. Faro: Universidade do Algarve.

Estremadura – Tabela 1				
#	Sítio Arqueológico	Concelho	nº	Referência
1	Cemitério	Cantanhede	3	+
2	Lapas	Torres Novas	1	Delicado, 2016
3	Convento do Carmo	Torres Novas	1	+
4	Ribeira Branca	Torres Novas	2	Leisner & Leisner, 1959
5	Ribeira de Crastos	Caldas da Rainha	2	Jordão & Mendes, 2006/2007
6	Ermegeira	Torres Vedras	1	Heleno, 1939
7	Quinta das Lapas	Torres Vedras	2	Jordão & Mendes, 2006/2007
8	Casal da Lapa	Torres Vedras	1	Jordão & Mendes, 2006/2007
9	Cabeço da Arruda 1	Torres Vedras	1	Ferreira & Trindade, 1956
10	Samarra	Sintra	1	França & Ferreira, 1956
11	Folha das Barradas	Sintra	1	Ribeiro, 1880
12	Praia das Maçãs	Sintra	1	Leisner <i>et alii</i> , 1969
13	Carenque	Amadora	4	Heleno, 1932
14	Baútas	Amadora	1	Heleno, 1932
15	Monte do Castelo	Oeiras	1	Cardoso <i>et alii</i> , 1996
16	Murtal	Cascais	2	Cardoso, 1991 +
17	Alapraia	Cascais	4	Gonçalves, 2003
18	S. Pedro do Estoril	Cascais	2	Gonçalves, 2003
19	São Paulo 2	Almada	1	Barros & Espírito Santo, 1997
20	Casal do Pardo	Palmela	4	Soares, 2003
21	Aires II	Palmela	1	+
22	Capuchos 2	Palmela	1	Jordão & Mendes, 2006/2007

Algarve – Tabela 2				
#	Sítio Arqueológico	Concelho	nº	Referência
23	Igreja Nova	Aljezur	1	Veiga, 2005
24	Barrada	Aljezur	1	Barradas <i>et alii</i> , 2014
25	Torre de Frades	Vila Real de Santo António	3	Veiga, 2005
26	Torre	Faro	2	Veiga, 2005
27	Monte Canelas 1	Portimão	4	Parreira, 2010
28	Pêra	Silves	1	Cardoso, 2002

Alentejo – Tabela 3					
	#	Sítio Arqueológico	Concelho	nº	Referência
Margem Direita do rio Guadiana	29	Sobreira de Cima	Vidigueira	7	Valera, 2013
	30	Monte do Malheiro 2	Vidigueira	2	+
	31	Monte das Covas 3	Beja	s.i.	+
	32	Quinta da Abóboda	Beja	s.i.	Comunicação de A. Valera
	33	Bela Vista 4	Beja	s.i.	+
	34	Poço da Gontinha 1	Ferreira do Alentejo	1	+
	35	Pedreira de Trigaches 2	Beja	1	+
	36	Horta de Baixo 1	Aljustrel	1	+
	37	Pisões 5	Beja	2	+
	38	Monte do Carrascal 2	Ferreira do Alentejo	4	+
Margem Esquerda do rio Guadiana	39	Vale de Barrancas 1	Beja	7	Fernandes, 2013
	40	Monte da Magoita 1	Serpa	1	+
	41	Monte Gargantas 1	Serpa	1	+
	42	Monte da Guarita 2	Serpa	s.i.	Comunicação A. Valera
	43	Zambujeira 1	Serpa	1	+
	44	Monte de Cortes 2	Serpa	1	Valera <i>et alii</i> , 2014
	45	Ourém 7	Serpa	1	+
	46	Outeiro Alto 2	Serpa	3	Valera & Filipe, 2012
	47	Ribeira de Pias 2	Serpa	1	+
	48	Cadavais	Serpa	2	+
	49	Montinhos 6	Serpa	12	Melo & Silva, 2016

Tabela 1 / Tabela 2 / Tabela 3

Tabelas discriminatórias das características presentes em cada arquitectura hipogeica por área geográfica (Estremadura, Algarve e Alentejo). (# – número do monumento; nº – número de estruturas hipogeicas determinadas no sítio arqueológico; + - sítio arqueológico inédito.

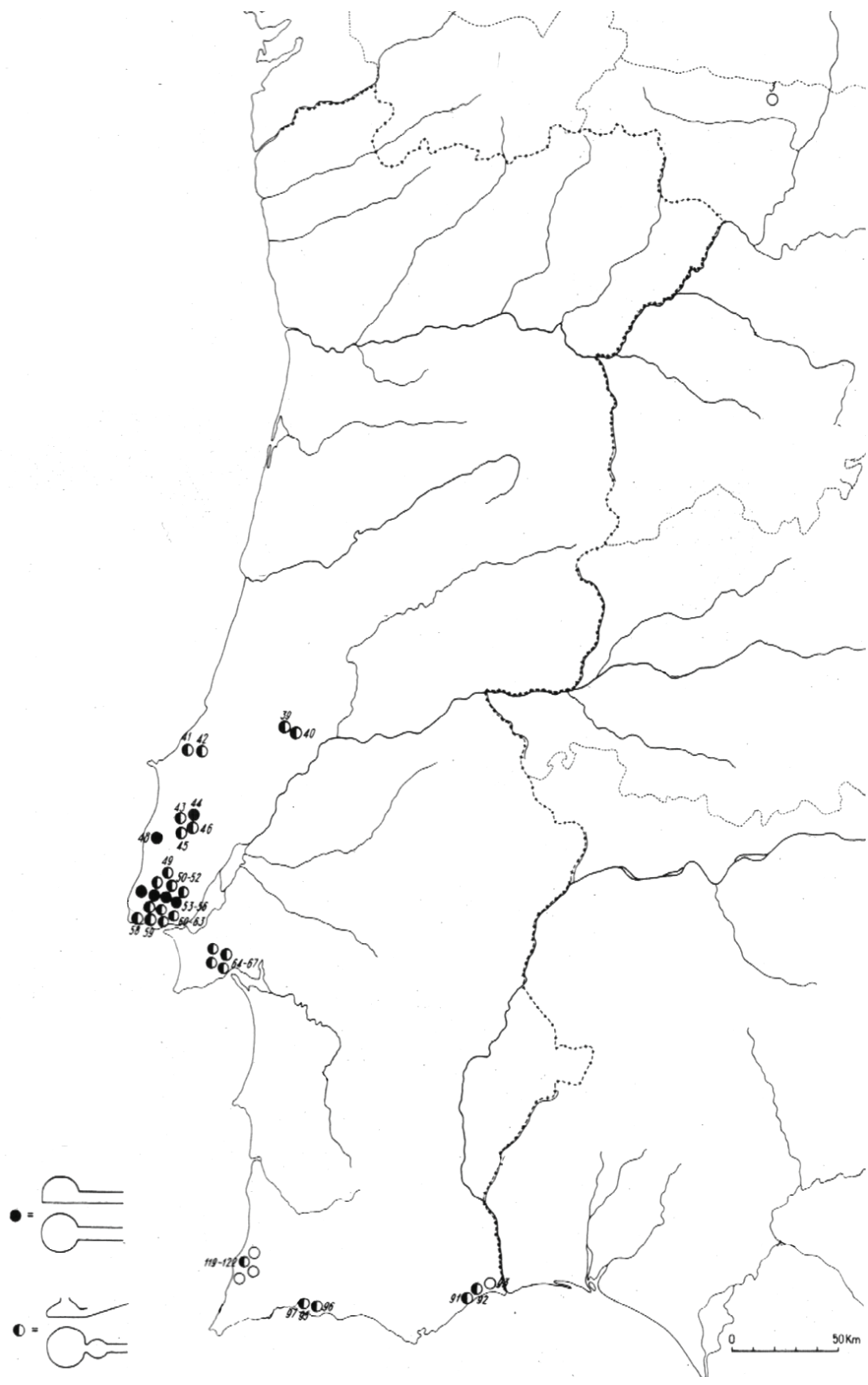


Figura 1 – Mapa 1 – Cartografia efectuada pelo casal Leisner sobre os sítios arqueológicos de grutas artificiais em 1956. (Leisner & Leisner, 1956 , Tafel 74)(Mapa adaptado).

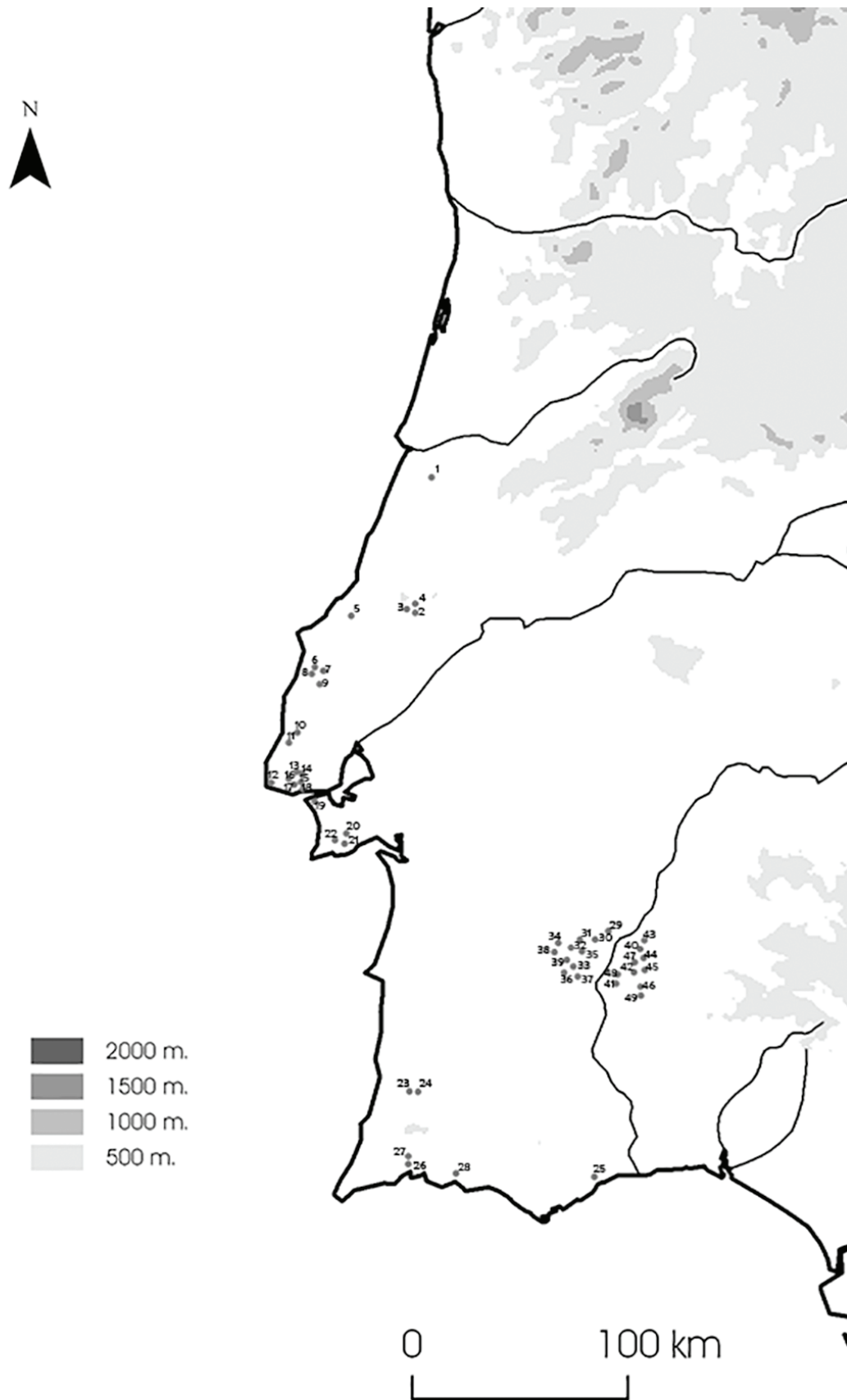
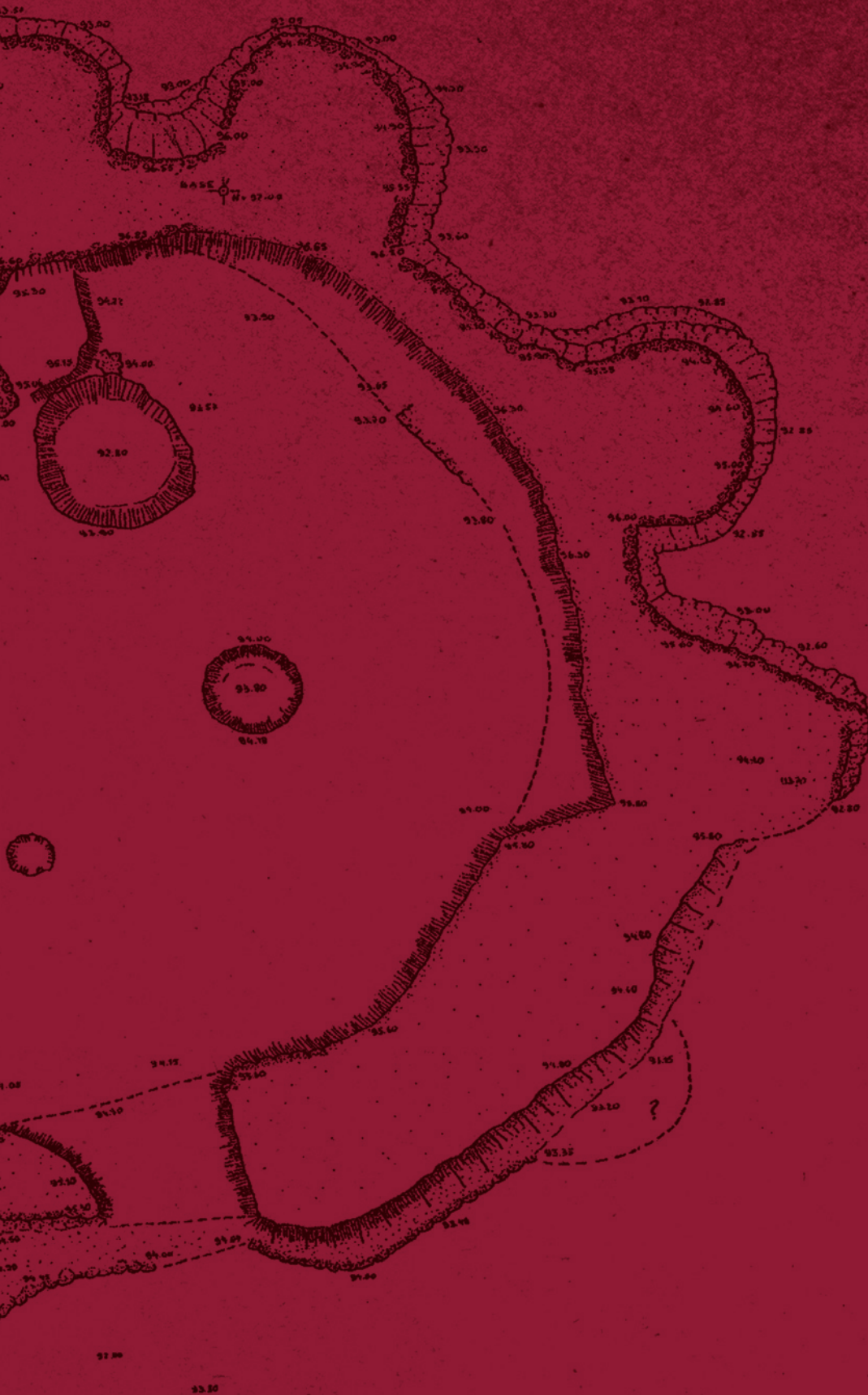


Figura 2 – Mapa 2 – Localização dos actuais sítios arqueológicos com grutas artificiais em território nacional. (Numeração dos sítios com base nas tabelas).



Patrocinador oficial